

EXPRESSÕES DA
LUTA DE COLETIVOS
CULTURAIS
NAS PERIFERIAS
DE SÃO PAULO EM
TEMPOS DE PANDEMIA



V SICCAL

[GT2 - TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS]

Tâmara Pacheco

Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH - USP), São Paulo, SP

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

A principal bandeira do movimento negro brasileiro na atualidade, o genocídio da juventude negra, tem ganhado evidência por meio de novas formas de protestos, ampliados por diversas demandas surgidas nos territórios periféricos em regimes democráticos. Utilizando o conceito de colonialidade do poder de Quijano (2005) e necropolítica de Mbembe (2012), trazemos a realidade de coletivos culturais das periferias da cidade de São Paulo ao proporem novos sentidos à esfera pública diante de diversas denúncias. Faz-se necessário discutirmos a formação social brasileira desde seu modo de produção escravista para entendermos o protesto radical negro que Moura (2001) vai chamar de quilombagem. Essa reflexão parte da experiência de atuação desses grupos durante a pandemia do coronavírus, por meio de um debate virtual promovido pelo Observatório de Coletivos Culturais das Periferias de São Paulo que traz na arena do trabalho e das políticas públicas culturais aspectos dessa exclusão no contrato social.

Palavras-chave: Colonialidade do poder. Necropolítica. Territorialização. Quilombagem.

The main banner of the Brazilian black movement today, the genocide of black youth, has gained evidence through new forms of protests, amplified by various demands arising in the peripheral territories in democratic regimes. Using the concept of coloniality of power by Quijano (2005) and necropolitics by Mbembe (2012), we bring the reality of cultural collectives from the outskirts of the city of São Paulo to propose new meanings to the public sphere in the face of various complaints. It is necessary to discuss the Brazilian social formation since its slave production mode to understand the radical black protest that Moura (2001) will call quilombagem. This reflection is based on the experience of these groups during the pandemic of the coronavirus, through a virtual debate promoted by the Observatory of Cultural Collectives of the Peripheries of São Paulo, which brings into the arena of work and cultural public policies aspects of this exclusion in the social contract.

Keywords: Coloniality of power. Necropolitics. Territorialization. Quilombagem.

Este artículo investiga, a través de un estudio de caso, el impacto del consumo de La bandera principal del movimiento negro brasileño hoy, el genocidio de la juventud negra, se ha evidenciado a través de nuevas formas de protesta políticas amplificadas por diversas demandas surgidas en territorios periféricos en regímenes democráticos. Utilizando el concepto de colonialidad del poder de Quijano (2005) y la necropolítica de Mbembe (2012), traemos la realidad de colectivos culturales de la periferia de la ciudad de São Paulo que proponen nuevos significados a la esfera pública frente a diversas denuncias. Es necesario discutir la formación social brasileña a partir de

su modo de producción esclavista para comprender la protesta radical negra que Moura (2001) denominará quilombagem. Esta reflexión se basa en la experiencia de estos grupos durante la pandemia del coronavirus, a través de un debate virtual promovido por el Observatório de Coletivos Culturais das Periferias de São Paulo, que trae aspectos de esta exclusión en el contrato social al ámbito del trabajo y del políticas públicas culturales.

Palabras clave: La colonialidad del poder. Necropolítica. La territorialización. Quilombage.

Introdução

Em um momento de esvaziamento do debate político nas esferas públicas tradicionais do Estado, vai criando espaços alternativos como forma de expressão e organização da luta política. A luta antirracista ganha outros contornos, para além do que foi o movimento negro do período da ditadura, no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, depois de uma fase em que militantes dessa geração passaram a ocupar cargos públicos e vincularem-se a partidos políticos. Posteriormente, com a abertura democrática, os avanços nas legislações por igualdade racial a partir dos anos 1990, onde parte desse grupo também passa a se constituir em ONGs (Organizações Não Governamentais), conforme explica Oliveira (2015) é quando se alcança pela primeira vez um debate importante como relevância pública. As conquistas dessa geração foram valiosas, porém ainda não o suficiente para a superação do racismo e por igualdade de direitos.

A este cenário se junta uma geração de intelectuais e militantes progressistas da classe média que, de acordo com Oliveira (2021), boa parte oriunda do movimento estudantil, protagonizou importantes lutas contra a ditadura militar e o autoritarismo em defesa dos direitos humanos e sociais. Esta geração atualmente está em boa parte no comando das organizações partidárias ou são analistas na mídia, e mantém uma participação contínua no debate da esfera pública. De algum modo, atuam no plano da institucionalidade, mediando os aparelhos do Estado e tutelando as demandas sociais, ao mesmo tempo em que ficam distantes

da realidade dos movimentos de base. Não estão nas periferias, nas comunidades, nas favelas, não colocam o pé no barro.

No entanto, o processo de democratização mais recente, demarcado por um governo progressista (2003-2016), possibilitou a formação de outra geração mais jovem, a de sujeitos políticos oriunda dos movimentos das periferias e das conquistas por políticas sociais que passam a questionar as instâncias de poder. Estes estão imersos em um discurso proibicionista por parte do Estado sob o argumento de produzirem uma cultura da violência e não de uma cultura periférica. Podemos pensar no funk, no hip hop, no samba e tantas outras manifestações da matriz de cultura negra que são criminalizadas, o que na análise de Oliveira (2021), faz parte de uma política hegemônica de continuidade à segregação racial, de sujeição da população negra associada à sua marginalização e desvio, deslegitimando suas práticas.

A origem, o lugar de nascimento, o território onde moram, a criação familiar, a cultura periférica marcam de forma negativa seus corpos, reforçando o estigma e o rótulo de “suspeitos” pela sociedade. São estes os “inimigos do Estado”, representações do imaginário social, submetidos às piores condições empregatícias e aos piores salários, **sujeitos periféricos** categoria criada por D’Andrea (2013) que integram coletivos culturais em territórios vulnerabilizados da cidade de São Paulo.

O autor fala da construção dos **sujeitos periféricos** que vão se sobressair a partir da década de 1990 influenciados pelas narrativas do movimento hip hop, pelo samba, sarau e outras diversas linguagens

artísticas e comunicacionais que começam a alterar o cenário dos bairros mais distantes da cidade. São outras subjetividades que vão se formando e que trazem outras perspectivas sob o aspecto da potencialidade desses territórios. Esses grupos se fazem presentes nos desdobramentos de bandeiras e denúncias num processo histórico da luta antirracista que se dá desde o início da colonização (Moura, 1994). Vão dando novos significados aos seus territórios a partir da ideia de cultura periférica como potencializadora de suas narrativas. Uma explosão de atividades culturais nas periferias começa a refletir sobre o sentido da cidadania, nesses movimentos renovados que sofriam as consequências diretas da entrada do neoliberalismo caracterizado pela desregulamentação do sistema social e a militarização dos espaços chamados de **cinturões de pobreza e miséria**¹ por entidades das forças armadas brasileiras.

Em 2020, com a chegada da maior crise sanitária dos últimos tempos, foi a periferia a mais afetada acometida pela maioria das mortes no país, que poderiam ser evitadas pelo poder público, mas que a opinião pública acabou por culpabilizar as próprias vítimas. Sem assistência do Estado, as periferias se organizaram de forma solidária para combater a disseminação do vírus. Diversos atores desses territórios se mobilizaram em redes de solidariedade, entre eles os coletivos culturais buscando

atender as demandas mais emergenciais de seus moradores.

Essa crise sanitária está diretamente atrelada às mudanças paradigmáticas do modo de produção capitalista a partir do neoliberalismo que atinge fortemente as populações periféricas. Um novo cenário de luta de classes é configurado em que a interpretação de classe trabalhadora, das décadas anteriores, ganha outros sentidos num contexto de opressões experienciadas nesses territórios. A flexibilização do trabalho mudou a percepção do trabalhador enquanto pertencente a uma classe, dificultando sua organização como, por exemplo, acontecia nos anos 1980, na forma de sindicatos, a partir da vivência do lugar comum do chão de fábrica. Hoje quando a realidade do trabalhador da periferia passa pelo pequeno comércio local, o empreendedorismo individual, os serviços domésticos, a uberização, etc., novos desafios passam a compor outras formas de reivindicações, conforme afirma Oliveira (2021 b).

Vale ressaltar que boa parte da população negra sempre trabalhou nas piores condições, vivendo muitas vezes na informalidade, como aponta Moura (2021). Dentro da situação concreta do preconceito e da marginalização do pós-abolição ao processo de urbanização da cidade São Paulo, o negro da periferia sempre teve que se organizar para sobreviver e a cultura negra serviu como elemento aglutinador desse processo. Nesse continuum negro presente na cultura periférica da atualidade, o território passa a ter um papel central na construção do ser político.

1 OLIVEIRA, Dennis. Extermínio da população da periferia, uma ação política pensada nos anos 1980. Revista Fórum. 18/3/2013. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/blogs/quilombo/2013/3/18/exterminio-da-populao-da-periferia-uma-ao-politica-pensada-nos-anos-1980-29157.html>>.

Colonialidade do poder e necropolítica

Ao nos referirmos ao colonialismo, nos reportamos à herança que o domínio ibérico nos deixou e vai dar subsídios ao que Quijano (2005) concebe em termos de **colonialidade do poder**, considerando a raça como categoria mental da modernidade que vai atuar no gerenciamento do mercado mundial de trabalho, pela globalização que começou com a invenção das Américas. A divisão internacional do trabalho é a base para a constituição do mercado mundial, segundo o autor. Organização essa que se dá internamente com o ingresso seletivo ao mercado formal, possibilitando a superexploração do trabalhador e que de acordo com Moura (1994) sustentará e consolidará o capitalismo dependente que vai se formar nos países de Terceiro Mundo da América Latina e conseqüentemente no Brasil após o regime escravocrata, dando assim condições ao enriquecimentos dos países centrais, na perspectiva do sistema-mundo.

Fanon refere-se ao conceito de situação colonial, tendo o colonialismo, como um fenômeno social que compreende a dimensão econômica, política, cultural e psíquica da dominação (p. 44, FAUSTINO, 2018). A construção de colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), que parte dessa sustentação como resultado de uma experiência histórica e avança na sua complexidade em termos de sua mundialização, é explicada pelo exercício da burocracia estatal e privada, por parte das classes dominantes, que operam os mecanismos institucionais e ideológicos para manter o **status quo** e naturalizar as relações sociais. E transcende para um tipo de racionalidade

e padrão classificatório racial que classifica e hierarquiza seres humanos, a partir do estabelecimento de lugares de comando.

Os territórios periféricos da atualidade são a remodelações dos territórios coloniais defende Mbembe (2016) inspirado em Fanon, lugares onde a soberania se exerce pela política para além dos limites, onde se define quem vive e quem morre, onde se pratica o estado de exceção e a guerra sem fim (em nome da paz), guerra naturalizada. Raça, território, poder, estado de exceção são categorias fundantes do racismo atual. A colônia na composição do terror, a partir do olhar europeu, gerenciava a guerra por uma ordem jurídica, onde a igualdade dos Estados justificava o direito de guerra à serviço da “civilização”. A negação racial entra como elemento chave que coloca o colonizador contra o “inimigo selvagem”. Interessá-nos observar como estratégias de um projeto de poder civilizatório naturalizam e legitimam as relações sociais até hoje.

Com Fanon e Foucault, Mbembe (2014; 2016) analisa os feitos psicossociais dessa violência tendo em vista as classes sociais e os contextos de fundo ideológicos. A construção da soberania do poder significa a instrumentalização da existência humana e destruição de corpos. E a necropolítica é uma forma adequada ao atual capitalismo porque usa a militarização como modelo de gestão possível junto com a desregulamentação dos contratos de trabalho levando a precarização social.

O elemento paradoxal do mundo colonial é recolocado na estrutura da modernidade, quando Mbembe (2014) fala da experiência colonial. No entanto, o escravizado desse tempo rompe com o mundo

das coisas, da condição de expatriado, apresentando formas diferentes de relações humanas por meio de seu corpo. Apesar da reclusão simbólica e do terror ao que era submetido, o autor explica que “ele ou ela desenvolve compreensões alternativas sobre o tempo, sobre o trabalho e sobre si mesmo” (2014, p. 132). Nesse sentido, o espaço do colonialismo moderno se torna potencializador para o exercício da quilombagem (MOURA, 2001) como ação política cultural dentro dos territórios periféricos brasileiros e que abordaremos mais adiante.

Para Quijano (2005), a entrada das nações do continente americano na modernidade se dá de forma fragmentada, subsumida e violenta, gerando transtornos profundos nas sociabilidades das cidades. Conceito este que está na gênese dos estudos decoloniais, pois não existe **colonialidade** sem modernidade, refere-se a um conjunto de elementos objetivos e subjetivos que fundaram um modo de existência social, configurando a sociedade moderna tal como a conhecemos dentro então de uma razão fundante. A modernidade é um projeto civilizatório marcado por uma racionalidade que se produz na violência. E Mbembe (2014) fala dessa sujeita e sujeito colonizado que tem sua face fragmentada dentro desse contexto de destruição, que também podemos levar aos territórios periféricos da cidade de São Paulo.

Na linha do pensamento decolonial, Mignolo (2000) afirma que a sustentação desse padrão de poder, além do eixo racial, está fundamentada em termos patriarcais do conhecimento. O fator possibilitador da violência nas sociedades capitalistas periféricas da América Latina parte do regime escravocrata atravessado pelo ordenamento

patriarcal, como também afirma Oliveira (2018). Racismo e machismo se interpõem como mecanismos de opressão dando lugar a subalternização desses territórios no sistema-mundo moderno, tendo a Europa como centro que concentrou todas as formas de controle de subjetividades, da cultura e da produção do conhecimento. Raça e gênero são clivagens que estabelecem uma nova estrutura de relações de produção, baseada em um padrão global de controle do trabalho. Dessa mesma herança, o patrimonialismo na perspectiva social da propriedade privada e da família, sob a hegemonia masculina, facilita a formação desse elo. A argumentação de Quijano (2005) de que as “novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho” (p. 108) trazem esses mecanismos de opressão atrelados à exploração e justificando o trabalho remunerado como privilégio dos brancos.

Por isso, Moura (1994; 2021) e Gonzalez (1979) quando retomam o processo da formação social brasileira a partir do período da escravidão, eles estão falando que o lugar das negras e negros no Brasil é o do escravizado, o lugar do subalterno; e nunca o lugar da cidadania que pressupõe uma igualdade de direitos. Ocupam assim as franjas da sociedade como massa de reserva e que hoje se torna descartável para o mercado de trabalho. Tidos como “maus cidadãos” (MOURA, 2021) no processo de urbanização com a modernidade, não são tolerados em espaços da cidadania. Moura (1994; 2021) vai demonstrar que as ações coletivas da população no campo da cultura negra, no campo da organização comunitária, vão no sentido de tencionar

as estruturas institucionais que legitimam esses lugares e papéis. Existe uma ação reativa da população negra e periférica que ao mesmo tempo em que reivindica sua especificidade enquanto sujeitas e sujeitos periféricos (D'ANDREA, 2013), também evoca o direito por igualdade social. Esses protestos surgem justamente porque a periferia é produto da lógica orquestrada pelo capital para reprimir vidas e enclausurar as pessoas em sistemas de opressão nas condições de trabalho, moradia, lazer, saúde, alimentação e cultura.

Ação direta do capital, territorialização e esfera pública

Nesse horizonte, as manifestações mais evidentes marcadas pela colonialidade, legitimada pelo regime escravista no Brasil Colonial e Império, vão se desdobrar em diversos governos autoritários e conservadores ao longo da história, inclusive serem reproduzidas em regimes democráticos ao estabelecerem acordos feitos de cima, conforme aborda Oliveira (2021). Como quando após o regime militar, de 1964 a 1985, com um regime de anistia que perdoa os crimes cometidos pelo Estado, as estruturas das políticas de segurança pública se mantiveram intactas, garantindo a permanência de determinados mecanismos de racismo no país, em uma sofisticação ainda maior por meio de tecnologias e aparatos repressivos, como a violência policial, o encarceramento em massa e o genocídio de jovens negros nas periferias brasileiras em governos democráticos. Herança essa renovada.

Podemos dizer que a emergência de sujeitas e sujeitos coletivos periféricos (D'ANDREA, 2020) no âmbito da cultura, pela análise de Canclini (1987), deve-se ao processo de democratização das estruturas institucionais de poder das sociedades latino-americanas no final dos anos 1980. Esse momento é refletido na metrópole paulista pela forte atuação dos movimentos eclesiais de base, movimento de luta contra a carestia e também dos movimentos sindicais que se dá nas periferias e que também contribuíram para o fim da ditadura militar no Brasil. Coincidentemente esse momento de abertura política e econômica dá espaço a entrada do discurso único do neoliberalismo a partir dos anos 1990. A reconstrução de espaços públicos possibilitou que as expressões das culturas populares, dentro da dimensão dos movimentos sociais influenciados pela Teologia da Libertação que nasce na América Latina e no Brasil no final dos anos 1960, comessem a ter certa visibilidade.

Hall (2011) reforça que o discurso da identidade trazido por esses grupos minoritário em termos de poder emerge como nova fonte de conflito, pois é dada pela imposição da concepção autocentrada de sujeito e pela crise do Estado-Nação ordenando uma nacionalidade unitária. Frente as diversas formas de opressões, Oliveira (2018) explica que a reivindicação pela igualdade de direitos na democracia faz com que expressões culturais negras, indígenas, femininas, populares passassem a buscar voz coletiva. Porém, os debates que começaram a ser feitos por esferas públicas alternativas que vão surgindo com esses grupos passam a ser cooptados pela pressão do grande capital transnacionalizado atuando como mediador dessas narrativas.

Essa configuração se dá no plano da geopolítica devido a pressão ideológica que surgiu no pós-Guerra Fria e se transformou numa força hegemônica, onde o capital começa a construir uma arquitetura global institucional mediando as diferenças culturais existentes em várias localidades e se interconecta globalmente a partir das tecnologias de informação e comunicação, de acordo com Comparato (2014 apud OLIVEIRA, 2018). Nessa expansão global, o capital coloniza, reestrutura e reorganiza territórios estabelecendo conflitos de sentidos e de processos de significação, explica Oliveira (2018).

A atual fase de acumulação flexível do capital chamada de globalização neoliberal, com a mudança de paradigma para o modelo de produção toyotista flexibilizando as relações de trabalho e a produção em pequena e diversificada escala, restringindo o mercado consumidor, traz alterações profundas no campo social brasileiro, de acordo com o autor. A apartação social entre aqueles que conseguem se incluir no mercado de trabalho e consumo e aqueles que ficam de fora; a destruição do espaço público e da sociedade civil; a ineficácia de políticas públicas hegemônicas que transforma direitos em privilégios; e o esvaziamento da ideia de democracia e justiça social.

Zibechi (2003) avalia que desterritorialização causada pelas ditaduras e correntes neoliberais impactou movimentos sociais e populares na América Latina que começavam a ganhar força até os anos 80 e passam a desaparecer. São então reconfigurados os espaços físicos localizados às margens das cidades e das zonas de produção de riqueza. Segundo o autor, esses movimentos do continente latino-americano

estão traçando novos caminhos, diferente dos modelos que foram os movimentos sindicais dos países centrais. As demandas até então baseadas nas ações via Estados, de alianças com setores sociais e partidos políticos, acabavam subalternizando suas ações em favor de uma a gestão centralizada. Surgem então novas linhas de atuação que vão sendo tomadas por importantes movimentos baseados no que chama de territorialização, por meio do “enraizamento de seus espaços físicos recuperados ou conquistados através de largas lutas, abertas ou subterrâneas” (p. 186, Zibechi, 2003). Esses movimentos sociais e populares apresentam também outras características comuns como a autogestão de espaços, a valorização da cultura e da identidade, a formação de seus próprios intelectuais, o protagonismo das mulheres e por fim a organização do trabalho com relações igualitárias e horizontais formando redes de auto-organização territorial.

A territorialização (ZIBECHI, 2003) implicada nas reivindicações dos coletivos culturais periféricos que trazem novos protagonismos na forma de denúncia, dentro de um processo de democratização liberal do Estado, requer uma proposta de articulação com a esfera pública, mesmo partindo do princípio de que se trata de uma típica atividade da modernidade (construção eurocêntrica) e, portanto, dentro da lógica da colonialidade do poder. De acordo com Habermas (2003, apud OLIVEIRA 2020): “A esfera pública é uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas”. Para o pensador alemão, essa concepção não

pode ser entendida como uma instituição, nem como organização, tampouco como uma estrutura normativa que estabelece competências e papéis. No entanto, sua crítica parte de que a mercantilização dos arranjos institucionais liberais teriam levado a esfera pública para sua decadência. Com a ação direta do capital (OLIVEIRA, 2015) pela interferência das tecnologias de informação e comunicação, essas estruturas vão se transformando em corporações privadas, no entanto os coletivos culturais periféricos da cidade de São Paulo encontram outros sentidos para essa atividade.

Para explicar a natureza da ordem liberal, Mills (1997) traz uma crítica aos clássicos pensadores iluministas com a ideia de contrato social. Diferente do que filósofo suíço Rosseau defendia, de que o contrato social possibilitou uma transcendência do ser humano no estado natural (pelos seus instintos) para o estado civilizado (vinculados às normas jurídicas), o filósofo jamaicano defende em sua análise epistemológica que o contrato social age como um dispositivo de dominação, classificando-o como contrato racial. Porque o arquétipo do cidadão constituído nesse processo da democracia liberal é o homem branco europeu como contratante, produto de uma sociedade patriarcal e colonizada, dentro da concepção de propriedade privada. Então negros e mulheres são subcidadãos. Para Mills (1997), a clivagem no mercado de trabalho onde se estabelecem relações contratuais é a expressão máxima da exclusão de negras e negros do contrato social.

O pensador latino-americano Mignolo (2000), vai além dessa perspectiva

racialista do contrato social (MILLS, 1997) e também da mercantilização da esfera pública de Habermas, trazendo no fundamento racial e patriarcal do conhecimento, o lugar de enunciação da ordem mundial. De acordo com Oliveira (2018), a exclusão se dá de quem tem a fala legitimada como racional. Saberes constituídos em vivências não eurocêntricas são deslegitimados. Daí que essas vozes são desconsideradas ou tuteladas dentro de uma esfera pública burguesa.

As transfigurações dos espaços de relações humanas são produto de uma nova concepção de ser humano com o rearranjo neoliberal, individualizado e mercantilizado, explica Oliveira (2021a). As fronteiras de expansão do capital atingem os espaços urbanos configurando locais dentro dos seus interesses, mobilizando seus valores simbólicos.

Além disso, a atual configuração do capital atrelada à forma de capitalismo dependente no Brasil desloca a luta contra o racismo para a luta contra as classes dominantes, deixando de lado os fundamentos sistêmicos da dominação. Decorre disso a ilusão das possibilidades do seu enfrentamento com participação de negras e negros nas instituições públicas e privadas voltadas à manutenção dessa ordem. E, mesmo a ideia de viabilidade de inclusão social pelas políticas de ações afirmativas, bem como a eleição de forças progressistas, deslocou a busca pela equidade social para a disputa por espaços de poder, deixando de lado apropriação dos meios de produção por parte dos oprimidos (OLIVEIRA, 2021, p. 182). A constituição de novas sociabilidades por coletivos culturais das periferias na medida em que são movimentos autônomos

de trabalho, mesmo que não remunerados, apontam para a potencialidade dessa apropriação dos meios a partir do princípio da socialização da propriedade privada.

A clivagem racial por meio das instituições do modelo de produção capitalista, não se dá apenas pelo plano moral, mas para o funcionamento do capitalismo dependente. Hoje, isso também acontece no campo da esquerda, com a exclusão do negro no contrato social e da agenda antirracista na esfera pública, isso articulado a institucionalização de lideranças dos movimentos sociais que se aproximam das dinâmicas das burocracias institucionais.

Almeida (2021) alerta que a reivindicação de negras e negros nos espaços institucionais é uma bandeira importante, mas não é suficiente para enfrentar o racismo estrutural. Estar dentro de espaços da racionalidade cujas regras operam a manutenção do sistema é, portanto, reproduzir os mecanismos do racismo estrutural, conscientemente ou não. Quando Moura (2021) traz a percepção de ‘mau cidadão’ no processo de urbanização ele sinaliza que a esfera pública de cidadania não permite, interdita a participação de negras e negros. Então ele só é tolerado sob o aspecto da racionalidade branca, por um regime de tutela, enquanto “bom escravo” na modernidade. Por isto, a necessidade de negras e negros na conquista dos espaços de poder, tencionar e reinventar suas práticas, e mais do que isso a valorização do trabalho de base onde alternativas de sociabilidades são inventadas e reinventadas.

Quilombagem na ação de coletivos periféricos

Tendo em vista que o sistema estrutural mantém a marginalização das populações negras por mecanismos de bargagens diretas e indiretas, de acordo com Gonzalez (1979), Moura (2021), Quijano (2005), Almeida (2021) e Oliveira (2021), dentro de uma organização capitalista da sociedade competitiva, não se resolve o problema da desigualdade e das relações raciais pela integração do negro nos espaços de poder da sociedade de classes, ou melhor, não se trata apenas de dar condições melhores para negras e negros competirem. Para esses autores uma nova ordem social como solução depende de processos que requerem uma práxis negra a partir da radicalidade do Brasil negro, por isso a constituição de espaços públicos requer teoria e prática.

Inseridos no fenômeno da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), grupos oprimidos como os coletivos culturais das periferias de São Paulo que denunciam diversas formas de opressão em que a expressão máxima é o extermínio da juventude negra, ao questionarem as versões instituídas por meio de ações politico-culturais, a partir das experiências compartilhadas em seus próprios territórios, propõem mudanças nas estruturas sociais, buscando interferir dos meios de produção. Muitas vezes são jovens lideranças periféricas, que beneficiadas por políticas públicas sociais da era Lula e Dilma, e com subjetividades que são formadas a partir da cultura periférica dos seus territórios, advindo de escolas públicas, vão para as universidades e num

cenário de flexibilização e precarização do trabalho, retornam ao seu local de convívio compartilhando seus conhecimentos teóricos, onde passam, por exemplo, a dar aulas em cursinhos populares numa perspectiva de ação política antissistêmica.

Moura (1994) explica que as culturas africanas, durante a escravidão, e dos afro-brasileiros, depois, diante das manobras da classe senhorial e seu aparelho ideológico, passaram a ser instrumento de autodefesa dos oprimidos social étnica e economicamente, transformando-se em anteparos de resistência social. O autor vai definir como **quilombagem** a ação dos quilombos ao ato de fuga do escravizado no Brasil, que mesmo sem um projeto político, mas no plano da totalidade do processo histórico de sua existência, articulam como arma permanente a negação ao sistema. Essa negação tem seu eixo na relação de trabalho entre o senhor e o escravo. É no nível de produção que a quilombagem atinge o sistema escravista, desgastando-o, e onde a luta de classes é inaugurada por esses sujeitos históricos.

Como prática rebelde, o autor levanta as características principais dessa negação: a produção voltada para a própria população e não para o mercado mundial; o modo libertário; as conexões com as tradições de matriz africana como a recuperação da subjetividade e a propriedade comunitária da terra. Trata-se da recuperação da condição de humanidade negada pelo sistema escravista. Esse aspecto, segundo Oliveira (2021) demonstra as potencialidades políticas das manifestações culturais negras.

Moura (1994) explica que na transição do escravismo para o capitalismo

dependente, período caracterizado por uma modernização sem mudança, pois as condições à reprodução do capital, como o racismo e o latifúndio permanecem inerentes à nova sociedade, íntimas ligações com a estrutura escravista são preservadas. Isso é fundamental para entendermos ainda nos dias de hoje o sentido de enfrentamento do racismo estrutural, no que o movimento negro manifesta como abolição inacabada. O “fim do escravismo” e a “instituição do trabalho livre” não afetou os interesses das oligarquias, principalmente pela manutenção da propriedade de terra e o incentivo a imigração europeia que interditava o acesso de negras e negros à sociedade.

Para Gonzalez (1979) o Brasil se torna um modelo de “dependência econômica neocolonial” quando junta formas produtivas à formação de uma massa marginalizada. São questões relativas ao desemprego e subemprego que incidem justamente na força de trabalho pertencente à população negra brasileira. A situação do negro no mercado de trabalho se dá pela sistemática perseguição, opressão e violência policial, em termos de mecanismos mais cruéis de exclusão. Ocorre que mais da metade da população brasileira é constituída por jovens e na maior parte afro-brasileiros. Esses jovens estão em situação de desvantagens em termos de habitação, saúde, educação, trabalho e lazer. E a negação por eles a essa realidade concreta a partir de práticas coletivas culturais é primeiramente uma questão de sobrevivência. Criando suportes que amplificam suas vozes denunciando esses mecanismos e propondo novas formas de sociabilidade, ideias como democracia, cidadania, espaço

público e esfera pública passam a ganhar outros sentidos.

3.1 Coletivos culturais periféricos em tempos de pandemia

Ao levarmos em conta as demandas da luta antirracista do movimento negro na atualidade dentro de diversidade de atuação desse campo é importante destacar a renovação que se dá com a participação dos coletivos culturais das periferias de São Paulo. Essa atuação possibilita observarmos a criação de novos suportes políticos como a ocupação de espaços e apropriação de meios de comunicação que propõem debates sobre o uso de espaços públicos e bens públicos na cidade, por meio de manifestações de atividades artísticas culturais, pedagógicas e comunicacionais que ressignificam os territórios periféricos procurando assegurar o bem-estar de seus habitantes.

São jovens que tem consciência de classe, de raça, de gênero e de suas origens. Da vivência no cotidiano de precariedades, revelam nas letras de rap e no ritmo das batidas dos tambores das celebrações negras o ressoar das revoltas, que o Estado brasileiro é a expressão de uma máquina de guerra permanente contra os pobres. Esses, descendentes de povos e comunidades tradicionais de matriz africana e indígenas, os habitantes das periferias, manifestam que o genocídio é um projeto de país e a morte anda a espreita de suas vidas. Faz parte da luta histórica do movimento negro a busca incessante por denúncias, que não cessou em mais de cinco séculos de formação

brasileira, mas que tem sido invisibilizadas. Falamos de uma luta política que envolve disputas de sentidos com os meios oficiais sobre aquilo que ocorreu no passado e ainda é reproduzido no presente. Além disso, a onda de autoritarismo que se propaga no mundo pela manutenção do sistema em crise, tem impulsionado diversos atos de protestos radicais que se reverberam pelo planeta, como foi o caso recente do assassinato de George Floyd² em Minneapolis, nos Estados Unidos e que também teve repercussão no Brasil, inclusive abrindo espaço para a imprensa hegemônica, que como nunca antes começa a pautar as lutas antirracistas.

A covid-19 escancara as desigualdades sociais, onde o grande responsável é o modelo neoliberal, a partir do processo histórico que denominamos de **colonialidade do poder** (QUIJANO, 2005), que além de operar a serviço do capital numa lógica de desmonte das políticas sociais para manutenção de hierarquias sociais, pratica uma **necropolítica** (MBEMBE, 2016) atuando no plano da **soberania** sem limites em que corpos são matáveis em territórios periféricos e apartados em um verdadeiro estado de sítio. A população periférica, composta majoritariamente por negros e pardos é a mais acometida, pois precisa trabalhar e não pode fazer isolamento social. As políticas neoliberais ganham maior relevância quando o governo de Jair Messias Bolsonaro, genocida e negacionista, propaga campanhas

2 HOUSTON E SÃO PAULO | REUTERS. George Floyd, cuja morte escancarou racismo da polícia dos EUA, é enterrado em Houston. Folha de S. Paulo, 09 jun.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/06/george-floyd-sera-enterado-nesta-terca-em-houston-ao-lado-de-sua-mae.shtml>> Acesso em 30 jul. 2021.

de desinformação por meio de *fakenews* e legislações arbitrárias ajudando a construir a imagem de um mito como presidente³. A situação é dramática. No mesmo momento que enfrentamos a pandemia com mais 600 mil mortes, temos 14 milhões de desempregados⁴ e batemos o recorde de extrema pobreza com 40 milhões de famílias⁵ na linha da miséria.

Não há uma ação estratégica territorializada por parte do poder público para conter a disseminação da doença, da falta de renda, da fome, onde os jovens negros periféricos são o principal alvo da truculência policial⁶ que aumentou sobre seus corpos nesse período, enquanto ainda sofrem dificuldade de acesso à internet para obter aulas remotas ou receber auxílio emergencial por serem preteridos no mercado de trabalho, quando alguns quiçá concorrerem a editais culturais. Os mais vulneráveis são os mais afetados pelo alto desemprego e

ofertas de emprego de má qualidade. As estratégias que surgem para conter esta calamidade parte justamente dessa população. Representantes de movimentos sociais e comunitários dedicam-se a criar amplas redes de apoio solidário, dos quais muitos são jovens de coletivos culturais. Inúmeras situações emergenciais passam a ser gerenciadas por essas *sujeitas e sujeitos periféricos* (D'ANDREA, 2013) que, ao mesmo tempo em que atuam na linha de frente em defesa da vida, são os mais sobrecarregados tendo que trabalhar, estudar, fazer longos percursos nos transportes públicos lotados, etc. As atividades foram da confecção de máscaras, a distribuição de cestas básicas à brigadas de assistências múltiplas.

Mesmo com os restritos investimentos públicos e necessidade de apoio financeiro aos projetos culturais antes e durante a pandemia, os coletivos não pararam. E devido ao caráter emergencial dessa crise humanitária, eles tiveram que se reinventar na organização de diversas frentes. Referimo-nos a uma crise sobre outra crise que vinha se intensificando desde 2016 abarcando as inconsistências, cortes e descontinuidades das políticas culturais oficiais, a inexistência de sistemas adequados e abrangentes de fomento e financiamento às culturas periféricas, a informalidade no tratamento com os trabalhadores da cultura e, conseqüentemente, a precariedade como norma dentro dessa realidade. A luta por recursos concentrados nas mãos do Estado dominado pelas elites faz parte das estratégias do “nóis por nóis”, sem intermediários, adotadas pelos coletivos periféricos. Essa disputa por uma distribuição mais justa de recursos e também por equipamentos públicos não somente pela cultura, mas

3 BRUM, Eliane. Bolsonaro é mito, sim. El País. 07 jul.2021. Disponível em <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-07-07/bolsonaro-e-mito-sim.html>> Acesso em 08 de julho de 2021.

4 CAMPOS, Ana Cristina. IBGE estima que desempregados no Brasil sejam 14,4 milhões. Agência Brasil. 30/04/21. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-04/ibge-estima-que-desempregados-no-brasil-sao-144-milhoes>> Acesso em 21 jul.2021.

5 Recorde: 14,5 milhões de famílias brasileiras vivem na extrema pobreza. Portal IG | 23/05/2021 Disponível em <https://economia.ig.com.br/2021-05-23/recorde-extrema-pobreza-14-5-milhoes-familias-miseria-brasil.html> Acesso em 21 jul.2021.

6 BORGES, Tiago. Mesmo com pandemia, assassinatos voltam a crescer no Brasil. Periferia em Movimento. 26 jul. 2021. Disponível em: <http://periferiaemmovimento.com.br/genocidiobrasil/> Acesso em 30 jul. 2021.

pela saúde, educação, moradia, alimentação, entre outros.

Esse avanço do sistema capitalista, cuja doutrina liberal afasta as sujeitas e sujeitos periféricos (D'ANDREA, 2013) da participação política na esfera pública, começando pelo âmbito do trabalho (QUIJANO, 2005), dá lugar a uma lógica do individualismo, competição e exclusão. Em contrapartida, é justamente com base nessa sociabilidade imposta pelo capital que os coletivos reinventam formas alternativas de convívio social e protagonismo político dentro de práticas solidárias que se aproximam da proposta da quilombagem em termos de “propriedade comunitária da terra”, como explica Moura (2001). Compartilham coletivamente os mesmos espaços como casas, prédios, terrenos e galpões abandonados; praças e ruas, ao conjunto de espaços livres da cidade, e gerenciando programações culturais e projetos com a verba de editais públicos, quando são contemplados, fazem de forma horizontal e inclusiva.

Em um cenário de desmonte da sociedade trabalhadora, da má gestão da pandemia ao aumento do conservadorismo convertido em violências sistêmicas, buscamos entender as complexidades que se inserem grupos de cultura periférica por meio de uma atividade de formação em que se produziu uma série de *lives* promovidas pelo Observatório de Coletivos Culturais das Periferias do CELACC-ECA/USP⁷. Dentre elas, a *live* “Da emergência à concorrência: a corrida pelas políticas culturais na

pandemia”, realizada dia 20 de maio de 2021, que em formato de roda de conversa pôde evidenciar algumas dessas condições de vida, históricos, estratégias de resistência e expressões de protestos por parte de seus agentes. Contamos com a participação de Nisia Oliveira, que é mestre em história, foi articuladora cultural do Instituto Reação Arte e Cultura, hoje integra o Coletivo Floema e compõe o Coletivo de Ocupação e Revitalização de Arte, Grafite, Educação e Música CORAGEM⁸; Marcello Nascimento de Jesus, professor de geografia, com especialização em Cidades, Planejamento Urbano e Participação Popular, integrou do coletivo Alma de 2005 a 2015, é militante cultural com atuação no Fórum de Cultura da Zona Leste e do Movimento Cultural das Periferias e também integrante da Ocupação CORAGEM; Gil Marçal, ex-integrante do grupo Submundo de teatro da Monte Azul no Campo Limpo, ex-coordenador do VAI pela Sec. Municipal de Cultura de SP, ex representante no Ministério da Cultura em São Paulo e atualmente gestor, produtor cultural; além de Priscila Nicacio (artesã e empreendedora periférica e atualmente assessora de gabinete na Sec. de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo), das quais para este estudo destacaremos

⁷ Observatório de Coletivos e Culturas de Periferia @occpoficial Disponível em: <http://celacc.eca.usp.br/?q=pt-br/occp/1787>; < <https://www.facebook.com/occpoficial> >

⁸ O Coletivo De Ocupação e Revitalização, Arte, Graffiti, Educação e Música C.O.R.A.G.E.M foi criado a partir da união de ativistas da cultura, que há anos desenvolvem de forma voluntária diversas ações culturais e artísticas sem fins lucrativos. Trata-se uma ocupação Cultural em um espaço da COHAB abandonado há mais de 15 anos, que proporciona, de forma gratuita, acesso à arte e a cultura, bem como oferecer espaço físico a toda rede de artistas independentes e coletivos, favorecendo a oferta e a expansão cultural em nosso bairro. Disponível em: <<https://www.facebook.com/coragemcoletivo>>

a seguir as falas dos representantes de coletivos.

Durante a conversa com os grupos convidados pelo Observatório nessa atividade foi possível observar, principalmente entre os dois representantes de coletivos da Ocupação Cultural Coragem, da Cohab II, região de Itaquera, Zona Leste da cidade, que mesmo com os restritos investimentos públicos e necessidade de apoio financeiro antes e durante a pandemia, as atividades não pararam. Tiveram que se reinventar e se organizar em diversas frentes de emergência: “Nesse momento de pandemia eu gostei muito de um termo que foi utilizado pela galera de Ermelino Matarazzo que eles falaram que estamos fazendo **emergencialismo**. Não chega a ser assistencialismo, é emergencialismo, assim no sentido de urgência mesmo”, contou Marcello.

As iniciativas dos coletivos culturais nascem da necessidade da juventude se encontrar, e fazer arte e política na quebrada, criando condições para a produção e consumo voltado aos próprios coletivos e moradores em seus territórios, incidindo assim de algum modo sobre o modelo imposto pela produção capitalista vigente. Ações essas na contramão do sistema remetem aos atos de fuga dos escravizados no período colonial como esclarece Moura (2001). Os representantes desses coletivos não se contentam em só ter que trabalhar e servir ao sistema. Marcello de Jesus relembra a longa caminhada na construção do coletivo Alma, que integrou de 2005 a 2015.

Quem é da quebrada, quer fazer arte na quebrada. Então é aquela saga, quase

que aquela missão impossível de conseguir se juntar na quebrada para fazer arte e mesmo assim, ao mesmo tempo, tem que estudar, tem que tramar. Então toda uma trajetória que se a gente fosse agir só pela razão, a gente já teria desistido há muito tempo. Porque tudo tá bem organizado para que a gente não trace esse percurso, afirmou.

Querem propor melhorias aos seus bairros e entendem que isso também requer se apropriar dos mecanismos que alcancem a esfera pública na luta por direitos e igualdade, o que significa, por exemplo, criar dispositivos que amplifiquem suas vozes para disputar o orçamento público da cidade. De uma trajetória de jovem periférico com formação em teatro de rua no Campo Limpo para a gestão pública, Gil Marçal, coordenou o Programa VAI, em 2003, e destaca a importância das articulações dos coletivos:

A gente tem muito poucas políticas públicas de cultura. E o VAI tem um mérito, porque ele inaugurou para gente. O VAI foi o programa que eu precisava, que não existia e passou a existir. Tem essa questão da gente estar totalmente sem políticas públicas e isso começa a acontecer. Isso é resultado de uma pressão, de nós artistas, dos diversos grupos da cidade, destaca.

No entanto, a existência dos coletivos está para além das políticas públicas, uma vez que eles surgem sem qualquer apoio oficial do Estado, indicando na situação da clandestinidade seu caráter libertário e autônomo. Nisia Oliveira que há 20 anos atua como articuladora cultural explica como tem sido sua militância e sobre o recente processo de ser contemplada pela

primeira vez pela 5ª Edição do Programa de Fomento a Cultura da Periferia da Cidade de São Paulo, por meio do projeto da Ocupação Coragem, que abarca diversos outros coletivos e é gerido pelo Coletivo Coragem.

Parece que a gente tá sempre muito atrás de migalhas e essa é a condição que os editais colocam pra gente. Porque a gente concorre entre nós mesmos. Então quando a gente vai fazer um projeto, por exemplo, o projeto da Ocupação cultural, a gente pensou em beneficiar ao máximo de coletividades, porque a gente sabe da precariedade do trabalho, avaliou.

Dessa experiência partilhada, percebemos que as conquistas das políticas públicas culturais da periferia de São Paulo dos últimos 20 anos nascem dos conhecimentos obtidos na luta cotidiana e atuação em rede, que vão criando condições para a estruturação de uma espécie de economia solidária como forma de articulação que fomenta uma esfera pública no fortalecimento do confronto com o poder público para reivindicar o direito à cultura, ao meio ambiente, à cidade, etc. e se produzir arte educação, cidadania, políticas em seus territórios. “Essa questão da gente fazer ponte é cotidiana, ela é constante. Eu preciso de alguma informação, eu peço ajuda para o Marcello. (...) Nós somos uma rede e nos conectamos de diversas formas e uma forma muito solidária, colaborando para a construção da realidade”, explicou Gil Marçal.

Para esses representantes da cultura periférica, é importante reconhecer as conquistas como o VAI - Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (Lei Municipal nº 13.540) e o Programa de

Fomento à Periferia (Lei Municipal nº 16.496/2016), instituídas via Secretaria Municipal de Cultura, comparando quando não havia tais mecanismos.

A gente tem muito poucas políticas públicas de cultura. E o VAI tem um mérito, porque ele inaugurou para gente. O VAI foi o programa que eu precisava, que não existia e passou a existir. Tem essa questão da gente estar totalmente sem políticas públicas e isso começa a acontecer. Isso é resultado de uma pressão, de nós artistas, dos diversos grupos da cidade, destaca.

Ao mesmo tempo, admitem que produções culturais artísticas e políticas estiveram sempre presentes nas quebradas, independente de investimentos públicos. Nessa perspectiva, as mobilizações vão além das esferas de poder instituídos, pois procuram transgredir o sistema que os massacra. Gil vem de um período, do final dos anos 90, que não tinha nenhuma política pública: “Era o que todo mundo fazia na época, nós os grupos pobres, fazendo rifa, dava festa, ia lá comprava cerveja, vendia cerveja, trabalho pra caramba (...). E ao mesmo tempo eu fico pensando, a gente fazia e nós continuamos fazendo.”

Diante dos retrocessos nos últimos anos, fica evidente que a cultura periférica com sua natureza de luta tem ganhado contornos mais alargados em termos de cidadania, sinalizando seu caráter democrático mais radical por meio de dispositivos que ampliam suas vozes. A incidência cada vez maior nos espaços de poder, a disputa pelo orçamento público da cidade, a participação política nas instituições públicas e até partidárias por meio de mandatos coletivos são alguns efeitos desse tipo de experiência

que se reinventa dentro dos aparatos institucionais da democracia liberal, mas que ganham força principalmente porque são articuladas para além das estruturas do Estado. Ações essas que são articuladas com as demandas das bases, no plano do cotidiano e da territorialização (ZIBECH, 2003), dentro desses espaços físicos reconquistados devido à ação direta do capital (OLIVEIRA, 2015).

As várias contra-narrativas construídas por meio de suportes artísticos e comunicacionais alternativos, ampliando vozes periféricas, revelando os cotidianos e experiências vividas por jovens que são o principal alvo de perseguição do Estado armado, trazem a tona um debate público que ajuda a tencionar órgãos oficiais por justiça e reparação. São por assim dizer estratégias fundamentais, uma vez que existe a naturalização da violência nas periferias pela criminalização de seus moradores, reforçada e proferida por propagandas oficiais com o apoio da mídia hegemônica. Esse ambiente de disputa de narrativas ganha força com as TICs Tecnologias de Informação e Comunicação na nova fase do capitalismo em sua fase neoliberal, onde as redes sociais trazem novos protagonismos midiáticos (OLIVEIRA, 2021).

Ao facilitarmos os discursos públicos dos convidados na *live* por conta do suporte das redes sociais da internet, verificamos que existem propostas políticas construídas pelos coletivos que surgem dos subterrâneos da história de lutas da população periférica. Essas alicerçadas pelos desafios da vida cotidiana e no reconhecimento da cultura negra e indígena de seus antepassados como parte dessa trajetória. Apostam na fundamental importância dos espaços

públicos e alternativos para o exercício da participação política. Do enorme esforço na obtenção de acesso e construção de mecanismos de políticas públicas ao estabelecimento de espaços de diálogo e conscientização, o aprendizado tem sido recorrente na direção de se avaliar resultados ao longo dos anos, de olhar para o passado e quiçá pensar em novas formas de se fazer políticas a partir de articulações coletivas e solidárias como condição fundamental nas transformações da sociedade no sentido da valorização da vida na sua diversidade e recuperação da condição humana, a partir do sentido do que é ser sujeito periférico e periférica hoje (D'ANDREA, 2013).

Considerações finais

As novas formas de protestos por parte dos coletivos periféricos são atravessadas pelas condicionantes estruturais no racismo e da luta de classes quando sujeitas e sujeitos periféricos, que historicamente silenciados ganham voz ao protagonizarem ações que questionam as instituições do Estado buscando romper com o caráter ideológico e alienante oficial. Eles movimentam uma esfera pública mais ampliada apropriando e ressignificando esse lugar que serve de veículo para ativar suas principais denúncias e reivindicações a partir de uma prática democrática radical, a qual abordamos na perspectiva da quilombagem pela cultura negra. Durante o debate virtual com os convidados do Observatório dos Coletivos Culturais das Periferias, foi possível observar que algumas das demandas e desafios sociais desses grupos são

evidenciadas por novas formas de se pensar e fazer política em termos de críticas à equidade assentada no contrato social. A construção de políticas populares se dá durante o processo de participação política coletiva e pressão social.

A forma que um crescente número de coletivos vem se organizando, sem se atrelar a nenhuma liderança populista ou instituição do Estado, e muitas vezes sem nenhum recurso financeiro, criando redes de solidariedade é uma amostra alarmante das distâncias entre as esferas políticas dirigentes e as ruas. Há uma transição de ação política dos espaços institucionais para os alternativos e públicos por parte desses grupos.

Nos discursos dos representantes dos coletivos, a repressão imposta pelo sistema os impede de avançar, aonde muitos vão ficando no caminho, devido a inúmeras barreiras colocadas, pelas questões da opressão de classe, raça e gênero e onde o jovem negro é o principal “inimigo do Estado”, em um cenário de necropolítica nos territórios periféricos. A trajetória de gerações passadas que produziram conquistas, como no caso a luta antirracista que se inicia com as negras e negros escravizados, é fundamental para dar sentido às ações políticas do presente. Os processos de construção política por parte dos coletivos trazem à cena pública as tensões entre a História e as histórias dos indivíduos, o global e o local, o privado e o público, o Estado e os movimentos sociais.

Vivemos os efeitos do colonialismo marcado por uma escravização moderna sob o aparato das tecnologias

de informação e comunicação, onde a existência dos sujeitos periféricos está atrelada à exploração no trabalho, dominação cultural, controle e subjugação de seus corpos, que é imposto sob o ideal um novo homem “empreendedor de si mesmo” no contexto do neoliberalismo. Nesse sentido, a colonialidade do poder é a expressão do contrato racial na contemporaneidade.

Se o esquecimento e a morte são operados por meios das instituições do Estado dentro de um modelo que privatiza todas as esferas da vida, manipulando politicamente e ideologicamente os fatos, o protesto político dos coletivos direciona sua atuação também na ampliação do sentido da cultura na reivindicação de direitos básico ao lado do uso de saberes populares como a oralidade da cultura negra que ultrapassa o tempo das estruturas da modernidade. As políticas forjadas ao longo de séculos vão sendo evidenciadas e levadas à esfera pública por estes grupos que provocam o dissenso, retomando e reinventando velhas formas de protestos dos povos aqui suprimidos, de modo a romper com as formas consensuais que naturalizam a violência.

A garantia da chegada da democracia nas periferias, não depende apenas da implementação de um projeto político de governo, é necessário levar em consideração as políticas que estão sendo pensadas e construídas de maneira subterrânea nas quebradas, nos espaços alternativos que vão se criando como lugares de outras sociabilidades. Além disso, a militarização da segurança pública justificada pela chamada guerra às drogas precisa ser revista junto a representações desses grupos.

Isso significa enfatizar outras maneiras de contar a história, outras formas de organização da vida e dos saberes, construir teorias e práticas a partir desses territórios, bem como a produção de novas subjetividades que não carreguem a herança dos padrões coloniais de poder. São questões que emergem do dilema e significações entre autoritarismo e democracia, e que podem suscitar do ponto de vista das epistemologias decoloniais e afro-diaspóricas contribuições na superação do racismo e conquista por equidade para a transformação radical da sociedade brasileira. ■

[TÂMARA PACHECO]

Doutoranda no Programa de Mudança Social e Participação Política da EACH. Mestra em ciências sociais aplicadas pelo programa Mudança Social e Participação Política da EACH/USP Leste (2017). Especialização - lato sensu - na área de ciências sociais em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos pelo CELACC/ECA/USP (2008). Graduada em Comunicação Social - Publicidade & Propaganda pela Universidade Metodista de São Paulo (2001). E-mail: tamarapacheco@usp.br

Referências

- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.
- D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/publico/2013_TiarajuPabloDAndrea_VCorr.pdf> Acesso em: 21 jul. 2021.
- D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **Contribuições para definição dos conceitos periferia e sujeitos e sujeitos periféricos**. Dossiê Subjetividades Periféricas. Novos Estudos. CEBRAP. São Paulo. Vol. 39, 19-36, jan-abr. 2020.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Editora Civilização Brasileira. 1968.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. **Frantz Fanon**: um revolucionário, particularmente negro. 1 ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.
- GARCIA CANCLINI, Nestor. **Culturas transnacionais y culturas populares**. Lima: IPAL, 1987.
- GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: **Annual Meeting of the African Heritage Studies Association**. Pittsburgh, 26-29 abr. 1979. Mimeografado.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. S. Paulo: L&PM, 2011.
- MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.
- MOURA, C. **A quilombagem como expressão de protesto radical**. 2001 Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/moura/2001/mes/quilombagem.htm>> Acesso em: 11 de jul 2021.
- MOURA, C. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão. 2 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaio**. Revista do ppgav/eba/UFRJ, n.32. Dezembro, 2016. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>> Acesso em: 21 jul.2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Antígona Editores. 2014.

MILLS, Charles W. (2013). **O contrato de dominação**. In: Meritum – Belo Horizonte – v. 8 – n. 2 – p. 15-70 – jul./dez. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/2162-Texto%20do%20Artigo-4488-1-10-20140408.pdf>> Acesso em 30 jul.2021.

OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural - Apontamentos para uma discussão conceitual**. 2001. In Minga/Mutirão Informativa de Movimientos Sociales. Disponível em: <<https://movimientos.org/node/371?key=371>>. Acesso em 31 jul. 2021.

OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021a.

OLIVEIRA, Dennis. **Periferias insurgentes**: ações culturais de jovens na periferia de São Paulo. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2021b.

OLIVEIRA, Dennis. **Movimentos sociais, cultura, comunicação e território na América Latina**: estudos de experiências de São Paulo, Bogotá e Buenos Aires. In: Relatório final FAPESP. 2018.

OLIVEIRA, Dennis. **Ação direta do capital**: o poder do capitalismo contemporâneo. Rev. psicol. polít. Vol.15 no.33 São Paulo ago. 2015. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200011> Acesso em 22 jul. 2021.

MIGNOLO, Walter D. **La colonialidad a largo y a lo ancho**: el hemisfério occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In:LANDER, Edgardo. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas. LANDER, Edgardo (Org.). Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

ZIBECHI, Raúl. **Los movimientos sociales latinoamericanos**: tendencias y desafíos. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. No. 9 (ene. 2003-). Buenos Aires: CLACSO, 2003.